

A Harmonização Curricular para os Cursos de Política e Estratégia das Forças Armadas



"Estratégia não é somente assunto para ser discutido na caserna, da mesma forma que a política não esgota sua discussão no âmbito do Congresso Nacional. E as nossas três Forças Singulares? Estarão Marinha, Exército e Aeronáutica concebendo e pensando defesa integradamente?"

(Murillo dos Santos - Ten.- Brig.- do Ar R/R)

Prof^a Maria José Machado de Almeida

A geração atual viu a queda do "Muro de Berlim" e o desmoronamento da União Soviética. Está vendo, agora, a quebra das barreiras alfandegárias. Vêem-se, enfim, os povos buscando a globalização, as economias dos países se fortalecendo com a regionalização de seus mercados. É, mais do que nunca, a hora de conjugar interesses, de unir esforços para engrandecer as individualidades; é o momento da busca de

harmonização entre as instituições semelhantes, com vistas ao alcance de objetivos comuns.

No momento em que, com o fim da "Guerra Fria", o mundo discute o papel das Forças Armadas, e os Estados redirecionam suas preocupações com relação ao importante assunto "Defesa", acentua-se a percepção da necessidade de aprofundar estudos sobre a Política e a Estratégia no



âmbito da Expressão Militar do Poder Nacional do País.

Conforme se pôde constatar, nos últimos conflitos regionais de alta intensidade, os beligerantes atuaram de forma integrada. É mister que as Forças Armadas brasileiras passem a se preocupar com essa forma de emprego, preparando seus recursos humanos dentro dos novos conceitos de atuação conjunta.

Assim foi que surgiu o tema do presente trabalho: um estudo com vistas à harmonização curricular entre os cursos de Política e Estratégia das Forças Armadas.

A Escola Superior de Guerra, instituição antes vinculada ao Estado-Maior das Forças Armadas e, agora, ao Ministério da Defesa, criada em 1949, vem oferecendo o Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE), atualmente aberto a civis e militares, e o Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia Militares (CAPEM).

Mais recentemente, as três Forças Singulares, visando a preparar seus futuros oficiais-generais para atuarem na Política e na Estratégia específicas de cada uma delas, também implantaram cursos da mesma natureza: Curso de Política e Estratégia Marítima (C-PEM); Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPEAEx) e Curso de Política e Estratégia Aeroespaciais (CPEA).

Esses cinco cursos, embora de natureza semelhante, apresentam enfoques diferentes de Política e Estratégia. Ainda que se compreenda ser quase inevitável a ocorrência do fenômeno de diversificadas visualizações desses assuntos, fenômeno esse resultante de vivências reais e de arraigadas tradições, nos dias de hoje, não se admite mais o individualismo de um planejamento político e estratégico isolado. Com a criação do Ministério da Defesa, torna-se imperativo que se disponha de um planejamento integrado para as Forças Armadas.

INFERÊNCIAS SOBRE O OFERECIMENTO ATUAL DOS CURSOS

Um “mergulho” nos currículos e nos planos dos cursos acima citados, estabelecendo pontos comuns e equiparações, suscita inúmeras reflexões sobre uma maior integração no processo do preparo de profissionais, civis e militares, para atuarem na Política e na Estratégia que definirão os destinos da Defesa no Brasil. Nota-se, por exemplo, que todos os cursos em pauta têm a duração de um ano letivo (quarenta semanas). A variação encontrada na carga horária de cada um só ocorre em função da rotina de planejamento escolar, ou seja, da forma como são programadas as atividades semanais, o que, ao final, vai determinar o número total de aulas de cada curso. O estudo comparativo das ementas e dos objetivos das matérias/disciplinas dos cinco cursos em pauta permite que se façam algumas inferências sobre eles:

* 54,9% dos assuntos ministrados no C-PEM estão contidos nos cursos da ESG;

* 62,9% dos assuntos ministrados no CPEAEx estão contidos nos cursos da ESG; e

* 74,3% dos assuntos ministrados no CPEA estão contidos nos cursos da ESG.

Tais inferências permitem que se faça uma proposta de harmonização curricular dos cinco cursos de Política e Estratégia das Forças Armadas, como será visto a seguir.

HARMONIZAÇÃO DOS CURRÍCULOS

A análise dos currículos dos cinco cursos em estudo permite afirmar que o CAEPE tem uma finalidade mais abrangente que os demais. Destina-se a preparar profissionais para atuação no nível “macro” do Governo, ou seja, para assessoramento e direção superior e para planejamento nacional do mais alto nível.

O CAPEM, destinado a oficiais das Forças Armadas, tem uma finalidade mais



específica, preparando para funções de comando, de chefia e de estado-maior combinados. É, porém, mais abrangente que os demais - C-PEM, CPEAEx e CPEA, os quais têm a finalidade específica de atender as necessidades de cada Força Singular, qual seja, habilitar oficiais para o desempenho de funções nos altos escalões da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, respectivamente.

Fica evidente, portanto, que o currículo desses cursos deve caracterizar a sua especificidade, enfatizando os conteúdos que contribuam para a concretização da finalidade a que cada um deles se propõe.

Por outro lado, é forçoso afirmar que todos os cinco cursos visam a preparar profissionais para cargos elevados, quer seja em âmbito geral do Governo, quer seja no âmbito específico do Ministério da Defesa, ou de cada Força Singular. Assim é que pressupõem conteúdos relacionados aos conceitos fundamentais da Doutrina de Ação Política, ao embasamento teórico de Desenvolvimento e Segurança e, também, aos conhecimentos necessários ao Planejamento da Ação Política. Coincidente é, ainda, para todos eles, a Avaliação da Conjuntura Internacional e Nacional.

Essas constatações levam à afirmação de que uma proposta de harmonização dos currículos desses cursos deve pressupor uma divisão dos mesmos em duas etapas: uma comum aos cinco cursos, que pode ser realizada em conjunto; outra específica para a finalidade de cada um deles.

Na etapa comum, os alunos dos cinco cursos seriam reunidos em uma única escola, onde teriam os conteúdos selecionados e realizariam o trabalho de Avaliação da Conjuntura. Na etapa específica, os alunos trabalhariam no planejamento político e estratégico direcionado aos objetivos de cada curso, ou seja, o CAEPE, no âmbito macro do Governo Federal, o CAEPEM, no

âmbito setorial do Ministério da Defesa e os C-PEM, CPEAEx e CPEA, no âmbito particular de cada Força.

A INTEGRAÇÃO VISLUMBRADA

Como já foi enfatizado no início deste trabalho, a principal vantagem vislumbrada é a integração das Forças Armadas, no preparo dos seus futuros oficiais-gerais para atuarem na elaboração das Políticas e Estratégias que possibilitem o seu emprego em conjunto.

Além disso, também é importante o convívio e a troca de experiências e de conhecimentos dos oficiais das Forças Singulares entre si e com os profissionais civis dos diversos segmentos da sociedade, bem como com os oficiais das Forças Auxiliares, que cursam o CAEPE. Indiscutivelmente, essa sinergia enriquece e amplia a visão de Brasil que todas essas pessoas (civis e militares) levarão para suas futuras atividades nas organizações de origem e, quando for o caso, para a atuação nos diversos escalões do Governo.

Outra vantagem que se pode visualizar é a otimização no oferecimento desses cinco cursos, com substancial economia de recursos e meios: em vez de serem ministradas quatro palestras sobre cada assunto (uma em cada escola - ESG, EGN, ECEME e ECEMAR), os alunos de todas elas poderão ser reunidos num único auditório. Ainda como vantagem, pode-se mencionar que a integração dos cinco cursos propiciará um aumento da importância de cada um, pois o fato de terem uma etapa comum favorecerá a que sejam mais valorizados pela sociedade em geral e, até mesmo, pelas próprias Forças Armadas. Isso porque a sua amplitude será maior, favorecida pelo enriquecimento advindo da soma das experiências trazidas pelos representantes dos vários órgãos, que estarão cursando em conjunto.



AS DIFICULDADES PARA A IMPLANTAÇÃO

Como desvantagens de uma harmonização curricular entre os cursos em questão, têm sido apontados a especificidade de cada Força Singular e o fato de serem os conteúdos de cada curso direcionados a políticas e estratégias próprias, inerentes a cada uma delas.

Não obstante serem verdadeiras tais ponderações, há de se considerar que, num nível mais elevado de planejamento, como o que se pretende com os cursos em pauta, os aspectos específicos de cada Força têm que se interligar, como elos de uma corrente, para formar a Expressão Militar do Poder Nacional. Portanto, torna-se necessária uma etapa comum nesses cursos, que propicie a almejada integração das três Forças.

A principal desvantagem que se visualiza para o oferecimento conjunto da etapa comum desses cursos é o número excessivo de alunos que tal proposta representa. Considerando-se os atuais CAEPE e CAPEM, já se somam cerca de oitenta alunos. O C-PEM, o CPEAEx e o CPEA atuais, acrescentados a esses, poderão perfazer um total de cerca de duzentos alunos. Esse fator pode constituir-se numa dificuldade para a concretização da proposta, requerendo que algumas providências de ordem administrativa sejam tomadas, tais como: adequação de auditórios, salas de estudo em grupo, refeitório, vestiários etc. Um planejamento para a concretização da etapa comum haveria que considerar os problemas advindos da reunião de todos os alunos num único espaço físico.

CONCLUSÃO

É necessário ressaltar que a idéia de grade curricular harmonizada representa apenas um estudo inicial sobre o assunto e não tem a pretensão de esgotá-lo. O que se desejou com este ensaio foi somente dar um primeiro passo no sentido de propiciar a abertura de um

ângulo para futuros estudos e debates, envolvendo integrantes das quatro Escolas de Altos Estudos das Forças Armadas.

As dificuldades mencionadas acima não são impeditivas para a implantação da proposta, uma vez que são perfeitamente solucionáveis, se houver consenso entre as Forças Singulares e vontade política. Afinal, as vantagens são muito significativas e deverão impulsionar as Forças Armadas para que as barreiras sejam superadas.

Acredita-se que dessa visão renovada dos cursos de Política e Estratégia das Forças Armadas possa resultar um melhor entrosamento entre Exército, Marinha e Aeronáutica e advir uma benéfica troca de conhecimentos entre a Expressão Militar e as demais Expressões do Poder Nacional, o que contribuirá para que as Políticas e Estratégias de Defesa sejam condizentes com a real capacidade do Poder Nacional do Brasil.

BIBLIOGRAFIA

- BRASIL, Decreto n.º 1327, de 5 de dezembro de 1994 - Regulamento da Escola Superior de Guerra.
- BRASIL, Presidência da República. Estado-Maior das Forças Armadas. Escola Superior de Guerra. Currículos dos Cursos (CAEPE - CAPEM - CAESG) - Diretrizes estabelecidas para a ESG - Ano letivo de 1996, aprovado em 29 de novembro de 1995.
- _____, Plano de Estudos para o Ano Letivo de 1996 (CAEPE - CAPEM - CAESG), aprovado em 29 de novembro de 1995.
- BRASIL, Ministério do Exército. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Plano de Matérias do Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército - 1992.
- BRASIL, Ministério da Marinha. Currículo do Curso de Política e Estratégia Marítima (C-PEM)-1996, aprovado em 19 de novembro de 1995.
- BRASIL, Ministério da Aeronáutica. Currículo Mínimo para o Curso de Política e Estratégia Aeroespaciais (IMA 37-23), aprovado em 30 de agosto de 1988.
- _____, Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica. Plano de Unidades Didáticas do Curso de Política e Estratégia Aeroespaciais - 1996, aprovado em 6 de dezembro de 1995.

